

ÉTICA NAS ORGANIZAÇÕES

PROTEÇÃO DE DADOS NAS ORGANIZAÇÕES: ÉTICA, PRIVACIDADE E TRANSPARÊNCIA



A proteção de dados é uma questão ética. Contempla o respeito pelos indivíduos e pelos seus direitos em relação à privacidade e ao uso de informações sobre si. Em paralelo, financiadores e investidores, particularmente a União Europeia, procuram cada vez mais crescentes garantias de conformidade em relação à proteção de dados e ética.

Considerando o impacto inevitável da legislação inerente à proteção de dados, nas estruturas e processos das organizações, é premente que estas se sensibilizem ou se capacitem para uma adequação dos processos de recolha, manutenção e gestão de informação, bem como da segurança dos sistemas e da privacidade dos dados.

Com esta formação, pretende-se que os participantes adquiram conhecimentos conceptuais práticos sobre o contexto e o âmbito da legislação, os direitos dos titulares e as obrigações das organizações, bem como uma indicação de como implementar um sistema ou programa de proteção de dados. De igual modo, os participantes saberão reconhecer as características e funções de um encarregado de proteção de dados, bem como adquirir uma perceção concreta do impacto da proteção de dados nas diferentes áreas e unidades de negócio.

Esta formação destina-se a:

- Administradores(as) e Gestores(as);
- Diretores(as), Responsáveis e Técnicos(as) envolvidos (as) na área;
- Auditores(as), Consultores(as), Formadores(as) e outros(as) Especialistas desta área.

6 horas

■ Dias 15 e 16 de maio, das 14.30h às 17.30h

ONLINE – ZOOM

[Aceda aqui ao formulário de inscrição](#)

Programa:

RGPD: como definir um programa de proteção de dados

- A privacidade e a proteção de dados enquanto irmãs gémeas
 - Proteção de dados enquanto questão ética
 - Gestão da privacidade vs. desígnios de transparência e integridade
- Evolução legislativa da proteção de dados
- Âmbito e obrigações
 - Reforço dos direitos dos titulares
 - Reforço das obrigações das organizações
 - Extensão de aplicação e novas orientações
 - Reforço do quadro sancionatório

Realidade organizacional

- Contexto empresarial
 - Operações digitais globais
 - Dados transacionais e transferências de dados
 - Recolha de dados vs. processamento de dados
- O encarregado de proteção de dados
- Sistemas de gestão integrados
- Maturidade da cadeia de valor / auditorias a subcontratantes
- Acordos de processamento de dados

Atividades de governo de proteção de dados

- Programa de proteção e privacidade de dados
- Registo de tratamento de dados e fluxo de informação
- Avaliações de impacto sobre proteção de dados
- Medidas técnicas e organizativas
- Privacy by design e privacy by default
- Gestão de incidentes e de violações de dados pessoais
- Notificação de violação de dados pessoais a autoridade de controlo e Titulares dos Dados
- Auditorias periódicas e avaliações regulares de conformidade



Especialistas

ÉTICA NAS ORGANIZAÇÕES
PROTEÇÃO DE DADOS NAS ORGANIZAÇÕES: ÉTICA, PRIVACIDADE E TRANSPARÊNCIA

ALEXANDRE SOUSA PINHEIRO



Doutor em Direito com a dissertação «Privacy» e proteção de dados: a construção dogmática do direito à identidade informacional (2012) apresentada na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e publicada em 2015. Até 2019 exerceu a função de Professor Auxiliar, como nomeação definitiva, na Faculdade de Direito Universidade de Lisboa, assumindo a docência, entre outras, das seguintes disciplinas: Direito Constitucional, Justiça Constitucional, Introdução ao Estudo do Direito, «Direito Internacional Público, Direito Europeu e Direitos Fundamentais». Desde 2012 a 2019 foi coordenador de cursos avançados de Proteção de Dados e do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados.

Atualmente é Professor Convidado da Universidade Europeia sendo responsável pelas disciplinas de Direito Administrativo e Direito Processual Administrativo.

É Gerente da ASP, Formação e Consultoria, Unipessoal, Lda (2018), empresa que se dedica a matérias de Proteção de Dados e temas jurídicos de Direito Público e Direitos da Personalidade. Advogado, Encarregado de Proteção de Dados e atualmente é membro da CADA (Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos) (2021).

Entre 2001 a 2006 foi Vogal da Comissão Nacional de Proteção de Dados e a sua atividade abrangeu todas as áreas da matéria, designadamente, a videovigilância, o comércio eletrónico, as comunicações eletrónicas, a liberdade de expressão na Internet, a biometria, a elaboração de códigos de conduta, a proteção de dados em diversas áreas económicas como a Banca e a atividade seguradora, a aplicação de sanções e matérias de segurança pública.

É Árbitro do Conselho Económico e Social (integrado na lista de árbitros presidentes), sendo a principal competência do órgão definir serviços mínimos quando se trate de empresa pertencente ao setor empresarial do Estado (desde 2012). Foi árbitro no Tribunal Arbitral do Desporto (2015-2018).

Foi Consultor Principal do Centro Jurídico da Presidência do Conselho de Ministros (entre 2006 e 2009 e entre 2017 e 2018). Foi Perito – Senior Expert - da FRA (Agência de Direitos Fundamentais da União Europeia) (2008-2011).

Foi consultor jurídico para membros do Governo durante 6 anos (1996-2001 e 2016-2017) e, nessa qualidade, baseou-se no seu percurso profissional e conhecimento académico para elaborar legislação final.

Em matérias de legislação foi perito no Grupo de Trabalho sobre Consolidação Legislativa, a funcionar na Assembleia da República (2013-2014).

Foi coordenador científico da LEGISPALOP, uma base de dados completa da legislação aprovada por todos os países de língua portuguesa, tendo elaborado um thesaurus jurídico com cerca de 5000 entradas (2009).

Entre outras, participou ou foi autor das seguintes obras:

- Entrevista "Vida Judiciária" N.º 207 Maio-Junho - 2018 (<https://www.vidaeconomica.pt/pubs>)
- Comentário ao Regulamento Geral sobre Proteção de Dados (700 páginas) coordenador- 2018 (esgotado)
- "Data Protection in the Internet: The Portuguese Case" in "Data Protection in the Internet", Springer - 2019
- Anotação ao artigo 8.º da ECHR do Comentário Português para a Convenção Europeia para os Direitos Humanos – 2019

Participa habitualmente em conferências, intervenções públicas e formações.

FILIPE PEREIRA



Certificado pela Universidade de Maastricht como ECPC-B Professional DPO, foi durante 5 anos responsável por serviços de diagnóstico e implementação de programas de conformidade em Proteção de Dados e Segurança da Informação. Assumiu as funções de Encarregado de Proteção de Dados em entidades públicas e privadas e atualmente pertence ao Grupo de Missão RGPD da APDSI. É ainda Diretor Geral da CARMA CPLP, Diretor Geral do Inov@legal - Instituto de Inovação Legal e Tecnológica em Português, elemento da direção da PortHollandia - Câmara de Comércio Holanda Portugal e Vice-presidente da ONG Humanity of Things Agency.



associação portuguesa de ética empresarial



Investimento

ÉTICA NAS ORGANIZAÇÕES
PROTEÇÃO DE DADOS NAS ORGANIZAÇÕES: ÉTICA, PRIVACIDADE E TRANSPARÊNCIA

200€ + IVA → inscrição individual

190€ + IVA → até 5 inscrições por Empresa/Organização

170€ + IVA → 6 ou + inscrições por Empresa/Organização

(Inclui Certificado de Participação)

Associados APEE beneficiam de um desconto de 20%.

Ao abrigo de protocolo com o IAPMEI, as empresas PME Líder e PME Excelência usufruem de um desconto de 10%.

